

ESTADO E PODER

Carla Luciana Silva¹

Gilberto Calil²

Paulo José Koling³

A Linha de Pesquisa **Estado e Poder**, que integra o Programa de Pós-Graduação em *História, Poder e Práticas Sociais* da Unioeste, reúne pesquisadores que têm como objeto de investigação as práticas sociais relacionadas ao Estado e ao Poder. O Estado é entendido em um sentido amplo, abarcando aspectos diversos das relações estabelecidas entre os agentes sociais. O Poder, desta forma, é exercido não apenas no interior da sociedade política, mas também no âmbito das mais variadas organizações e corporações da sociedade civil. O exercício do Poder e a produção de Hegemonia abrangem, portanto, esferas diversas, como a gestação e a afirmação, a crítica e a contraposição de projetos sociais, as elaborações intelectuais e as políticas partidárias, a organização dos diferentes grupos e classes sociais, a constituição de aparelhos privados de hegemonia, o gerenciamento e a disseminação de ideologias e projetos sociais.

As reflexões sobre Estado e Poder nos levam a apontar que a partir da investigação e da leitura das práticas sociais dos sujeitos e do conteúdo político-social das relações de poder estabelecidas entre indivíduos, gêneros, intelectuais, grupos sociais, frações de/e classes, organizações e corporações, pode-se evidenciar as lutas sociais e o tensionamento entre a permanência e a transformação histórica. A política, em seu sentido ampliado, é vivida e (re)construída tanto no âmbito das corporações da sociedade civil e da sociedade política, como nos espaços cotidianos, onde o poder e o seu exercício no Estado e na política (democracia e cidadania) são mediatizados.

¹ Professora Adjunta do Curso de História da Unioeste; Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: carlalssilva@uol.com.br.

² Professor Adjunto do Curso de História da Unioeste; Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: gilbertocalil@uol.com.br.

³ Professor Adjunto do Curso de História da Unioeste; Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: pjkoling@unioeste.br.

A partir dessa reflexão, busca-se interpretar a história recente do Brasil, especialmente os anos da Ditadura e da redemocratização. Buscamos compreender os sujeitos e relações sociais envolvidas na forma da reprodução ampliada do capital estabelecida pós 1964. Retomamos suas articulações no período dito democrático, apontando para a necessidade de ampliar estudos que venham a contribuir para a compreensão dessa realidade ainda pouco abordada da história brasileira.

A disciplina *Instituições e Relações de Poder* envolve estudos das instituições e da construção dos espaços político-institucionais, como expressões de práticas voltadas ao exercício, à legitimação ou à contestação das relações de poder e da ordem social estabelecida.

Nesta perspectiva, a abordagem dos temas propostos nos cursos da disciplina visa à análise e à compreensão da formação das instituições – nas esferas da sociedade política e da sociedade civil – e a participação destas corporações na construção da ordem social e/ou do seu uso como espaço de contestação social. Considerando as atividades de pesquisa dos professores da linha, os estudos de caso a serem ofertados priorizarão o período contemporâneo e os processos históricos vividos no Brasil e na América Latina. O entendimento de que as instituições fazem parte das disputas e do exercício do poder político, portanto, também mediatizam internamente e externamente as relações sociais de poder, tem como referência a noção do Estado e da política em seu sentido amplo, bem como a natureza dialética dos vínculos estabelecidos entre os interesses particulares, as formas de organização no âmbito da sociedade civil (os aparelhos privados de hegemonia) e do espaço público, do Estado e da cidadania. Dando início à problemática das *instituições e as relações de poder*, serão analisados os liames que interligam o Estado e as opções de desenvolvimento predominantes no Brasil e na América Latina, no pós-1945, com destaque à atuação dos teóricos *desarrollistas* e *neoliberais*, suas articulações políticas e institucionais (partidos, entidades e instituições), seus embates na reorganização da política econômica interna e sua inserção internacional e seus interesses na (des)regulação do Estado e da participação econômica e política da população.

As discussões realizadas a partir da disciplina também têm o propósito de consolidar a linha *Estado e Poder* e o Programa de Pós-Graduação, articulando os temas dos cursos com os projetos de

dissertação e das pesquisas dos docentes. Estudos teóricos e de caso sobre o papel e a função dos intelectuais na organização e na fundamentação ideológica das instituições públicas e privadas, as organizações de classe, categorias, setores, frações e elites (sindicatos, partidos políticos e entidades empresariais), os programas de governo (nacionais, estaduais e municipais), a inserção e a participação de instituições religiosas, comunitárias e não-governamentais serão fomentados na disciplina. Para tanto, priorizar-se-á a leitura e interpretação da historiografia especializada e das fontes originais destes sujeitos individuais (a exemplo dos intelectuais) e coletivos.

Tendo em vista a inserção social do curso de mestrado em História as dissertações podem abordar a história da região, revisando sua historiografia tradicional e constituindo acervos documentais (escritos e orais, imagens). Cabe esclarecer, aqui, que a compreensão da história da região não é reduzida nem confundida com o conceito de história regional. Para uma interpretação da trajetória histórica local – com suas mudanças e permanências, seus sujeitos sociais e espaços de ação e correlação –, exige-se a análise dos vínculos com os cenários mais amplos (estadual, nacional e internacional), sem perder de vista a noção de totalidade da história em seu fazer-se.

Pesquisas em desenvolvimento dos docentes da Linha Estado e Poder

O projeto de pesquisa **VEJA e o Fórum Nacional: organizando a direita** vem sendo desenvolvida pela docente Carla Luciana Silva. Tem como discussões conceituais a questão do Estado, do poder e suas articulações intelectuais, tanto organizativas como de disseminação ideológica. Partindo do estudo do papel da imprensa na história brasileira recente, busca-se compreender os meios de organização de classe que dão as linhas editoriais políticas desses órgãos de imprensa. O estudo de caso se centra na revista *Vêja* (e editora Abril) e suas relações com o Fórum Nacional, (que é organizado pelo Instituto Nacional de Altos Estudos - INAE), coordenado pelo ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso. Buscam-se suas matrizes teóricas para compreender como vem buscando pautar a discussão política recente e, através da imprensa, estabelecendo uma pauta nacional

articulada com programas específicos de governo. O programa tem defendido claramente a reprodução do neoliberalismo, com muitos pontos em comum com a chamada Terceira Via, participando assim da reprodução da *pedagogia da hegemonia* (NEVES, 2005). Por isso a fase atual do desenvolvimento do capitalismo aparece como natural, expressa na “globalização”, ocultando ser parte do neoliberalismo e por conseguinte do processo de reprodução ampliada do capital na fase atual imperialista. E isso se reproduz nas relações políticas que são estabelecidas, forçando que os governos sejam eleitos em sintonia com essa prática e depois vigiando a aplicação do programa chamado de “modernização”.

A pesquisa se desdobra na compreensão da elaboração teórica dos formuladores do Fórum Nacional, e na reprodução e disseminação de seu programa de forma pedagógica, especialmente na ação *partidária* (GRAMSCI, 2000) da revista *Vêja*. A mesma pauta e interpretação encontrada nos textos dos intelectuais aparece de forma vulgarizada, buscando convencimento nas páginas da revista. Por isso a relação com os governos ao longo dos anos 1990 e 2000, mesmo em momentos de crises, se fundamenta no apoio a pontos estratégicos, diretamente vinculados à liberalização da economia e aos interesses do capital monopolista. No governo Lula ficou notório o apoio a essas práticas ocorrido em meio a denúncias e CPIs. *Vêja* buscou a manutenção do ministro da economia Antonio Palocci enquanto isso foi possível. Mas isso ocorreu não por afinidade pessoal, e sim por causa do temor de que mudando o ministro se alterassem as linhas gerais do programa liberal. Há ainda um outro aspecto importante da pesquisa que se vincula às formas estritamente ideológicas com que se traduz esse discurso. Ele aparece em outras temáticas “culturais” (televisão, esportes, comportamento, saúde) que não teriam, a uma primeira vista, relação direta com a política econômica, mas são parte indissociáveis do processo.

O tema de pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo professor Paulo J. Koling trata da relação entre **História e Desenvolvimento na América Latina e no Brasil (século XX)**. Durante a década de 1930, verifica-se no Brasil e na maioria dos países latino-americanos uma crise do consenso sobre o Estado, a sociedade e a opção pelo desenvolvimento agro-exportador até então predominante (FONTES, 2005). A construção do capitalismo na América Latina e,

em particular, no Brasil no período do pós-Segunda Guerra Mundial vem a ser um dos temas mais marcantes sobre a historiografia do desenvolvimento, bem como das disputas e da construção da hegemonia política no estado nacional. O restabelecimento da hegemonia social e do domínio político com o populismo e a reorganização neoliberal do capitalismo no pós-guerra apresentam-se como pontos centrais para a interpretação do processo de desenvolvimento econômico brasileiro e a permanência do seu caráter conservador. Boa parte da construção deste novo consenso – e das suas críticas –, pode ser estudada a partir da produção dos intelectuais (e instituições) *desarrollistas*, *monetaristas* (neoliberais) e *dependentistas*, assim como do engajamento que tiveram, enquanto intelectuais e instituições, para a afirmação da nova ordem. Tratando-se do caso brasileiro, a análise destas concepções e sua identificação com determinados projetos à nação contribui também para a compreensão das disputas políticas vividas nas décadas seguintes. Assim, a inter-relação entre Estado e desenvolvimento é pensada como campo de disputa, voltada ao exercício do domínio político e econômico e às lutas populares. Deste modo, supera-se uma visão fragmentária do econômico e do político, do intelectual e da ideologia, do teórico e do histórico/prático.

Tendo em vista a existência de diferentes matizes entre os *desarrollistas* e das políticas econômicas experienciadas no Brasil no pós-guerra, os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo Misto CEPAL-BNDE orientaram um projeto econômico distinto do Grupo Misto EUA-BNDE (BIELSCHOWSKY, 1996), o que permite diferenciar as origens sociais e identificar as alianças de classes (locais e internacionais) em cada um deles. As décadas de 50 e 60 foram marcantes, pois reuniram lutas sociais e processos contraditórios de construção da nação e da sua inserção internacional. Durante os anos 60, os *dependentistas* revisaram a interpretação estruturalista do desenvolvimento latino-americano e propuseram uma outra abordagem sobre a relação entre desenvolvimento e dependência na periferia, cujos desdobramentos marcaram o debate em vários meios (universidades e governos). Naquele contexto estava em questão a revisão dos rumos da industrialização, da reconfiguração na formação das classes e da nova aliança na dependência.

Diante da predominância atual do pensamento neoliberal, com

sua tese do *Estado Mínimo*, da redução do espaço público e da ampliação do mercado, é oportuno revisitar a teoria periférica, da dependência e do neoliberalismo, para sintetizar suas visões sobre o papel e a função do Estado, da empresa pública, da iniciativa privada e do mercado no desenvolvimento. Com a reconstrução da hegemonia neoliberal nos anos 80, o fim do modelo keynesiano nos países centrais e sua expansão para a América Latina, o estudo do caso brasileiro torna-se paradigmático, pois as reformas neoliberais foram adotadas por governos que tinham a participação de intelectuais da primeira geração dos *dependentistas* (Fernando Henrique Cardoso e José Serra). Acrescenta-se, ainda, que no Governo Lula, esta política financeira foi mantida, com a participação de intelectuais que tinham uma trajetória de crítica às opções conservadoras de desenvolvimento no país.

O projeto de pesquisa **O Integralismo no processo político brasileiro (1945-1965)**, desenvolvido pelo professor Gilberto Calil, tem como objetivo a investigação da intervenção do movimento integralista no cenário político nacional no período compreendido entre a chamada “democratização” de 1945 e a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional número 2, em 1965. A principal hipótese é que o movimento integralista desempenhou papel relevante na afirmação da hegemonia burguesa, ou seja, que, ao contrário do que usualmente é afirmado pela historiografia, ele não era um elemento exótico no processo político brasileiro, mas um componente importante da dominação burguesa, extremando posições excludentes e repressivas defendidas também por outros movimentos políticos e agentes sociais. Este papel na afirmação e consolidação da hegemonia burguesa se verifica em sua intervenção política no conjunto do período, tendo como elementos centrais sua relação permanente com o conjunto de organizações políticas, visando a estabilização política e a preservação do status quo econômico e social; sua ação permanente visando a afirmação de uma concepção excludente e restrita de democracia; e a disseminação teórica e prática do anticomunismo e enfrentamento aos setores populares.

Em resposta ao novo contexto político estabelecido com a derrota internacional do nazi-fascismo, o integralismo reformulou sua estratégia, abandonou a perspectiva de imediato assalto ao poder e adaptou sua intervenção às condições estabelecidas pela nova ordem

institucional vigente. Um aspecto relevante desta intervenção é sua perspectiva de promoção de uma ampla *Contra-Reforma Intelectual e Moral* marcada por uma concepção cristã ultraconservadora e por uma visão hierárquica de sociedade, pautada pela ordem e pela obediência. Para isto, os integralistas utilizaram fartamente dos diversos instrumentos que construíram, como editora, imprensa doutrinária, programas radiofônicos, mandatos parlamentares e centros culturais de juventude. Seu papel específico para a dominação burguesa se deu pela mobilização ativa de importantes parcelas da pequena burguesia urbana e rural.

Tais questões vinculam-se diretamente às preocupações da Linha de Pesquisa, na medida em que permitem colocar em perspectiva elementos importantes - ainda que normalmente pouco observados - da construção da hegemonia burguesa em um dado momento histórico, o que se evidencia, por exemplo, na análise das diversas formas de financiamento do movimento integralista por destacadas lideranças da burguesia brasileira, ou do relevante papel desempenhado pelo integralismo na contenção das crises institucionais, ou ainda da destacada intervenção da direção integralista na articulação do golpe civil-empresarial-militar de 1964, para a qual os integralistas contaram com articulações no meio político, no setor empresarial e nas Forças Armadas. Tal problemática certamente permite pensar não apenas a ação dos integralistas, mas também a intervenção dos diversos grupos políticos e organizações da sociedade civil.

Pesquisas em desenvolvimento dos mestrandos

A pesquisa de Mestrado desenvolvida por Ana Paula Kapusniak tematiza a questão do Orçamento Participativo (OP) e da chamada Democracia Popular nos governos petistas das cidades de Mundo Novo e Dourados, no Mato Grosso do Sul. O projeto problematiza a questão da democracia, buscando dar uma interpretação distinta daquela oficial, divulgada pelos governos petistas, e que em muitos sentidos reproduz a ordem estabelecida no âmbito do Banco Mundial e do FMI e de seus defensores brasileiros. Assim, esse programa de governo é entendido de uma perspectiva crítica, apontando limites da suposta democracia que seria por ele propiciada. As fontes utilizadas

são documentos produzidos pelo Partido dos Trabalhadores de discussão teórica; documentos provenientes do Orçamento Participativo nas cidades analisadas e também a observação de assembléias e tomada de depoimentos orais de seus participantes. Há a sistemática prática de levar para o âmbito do Estado os conflitos que poderiam ser objeto de lutas sociais. Com o OP essas lutas são diluídas e amplamente limitadas à administração do Estado. Ocorre o sistemático desmantelamento da organização da classe trabalhadora, seja pela cooptação de seus líderes, seja pela redução de suas demandas aos limites impostos pelo governo, especialmente pela poderosa manipulação orçamentária. Mas a discussão sobre a ampliação do Estado obriga ainda a pensá-lo também como espaço legítimo de lutas sociais, e essa contradição precisa ser enfrentada teoricamente.

O projeto do mestrando Carlos Alberto Seibert, intitulado **Loteamento CEVAL: o fazer-se na luta pelo direito à cidade** tem por objeto central a formação do referido loteamento, situado na Rua São Marcos, na cidade de Marechal Cândido Rondon/PR, e sua trajetória durante o período de 1991 a 2005. Além de ser o loteamento existente no município que possui a maior quantidade de irregularidades, o grau de comprometimento destes ilícitos é expressivo e negativo do ponto de vista legal, ambiental, social (saúde pública e segurança à integridade física), do planejamento do espaço urbano e da cidadania. Todavia, para compreender cada um destes elementos será preciso mapear a ação dos três núcleos dos sujeitos envolvidos: os grupos proprietários do complexo industrial do frigorífico de carne suína, os governos municipais e os moradores (ex-trabalhadores da empresa Ceval S/A). Para uma visão ampliada desta história, é preciso analisar as inter-relações construídas entre os vários grupos empresariais, a política de incentivos à industrialização dos governos municipais, bem como os vínculos entre o setor empresarial e as disputas entre os grupos político-partidários locais e as influências socioeconômicas do setor agroindustrial na formação do espaço urbano-industrial da cidade. Com relação à categoria dos trabalhadores do setor de carne, até hoje eles permanecem como sujeitos anônimos na história e na historiografia oficial. Discordando deste silêncio, o estudo revisará a produção historiográfica, dando vez e voz aos moradores do loteamento, abordando suas resistências e lutas pelo direito de morar e de pertencimento à cidade. Esta

experiência popular tem condições de se tornar um processo de ampliação dos direitos sociais.

O projeto de pesquisa **A Guarda Mirim em Marechal Cândido Rondon**, desenvolvido por Marcos Alexandre Smaniotto visa discutir as relações neoliberais relacionadas ao Estado a partir do estudo de caso de Marechal Cândido Rondon, no contexto de afirmação do neoliberalismo no Brasil. Visa efetuar a análise da história e das práticas da “Guarda Mirim”, instituição esta que atua na mediação entre a burguesia e as crianças e os adolescentes das classes pobres da localidade. A “Guarda Mirim” tem como objetivo principal a formação e fornecimento de mão-de-obra barata às classes dominantes, através da disciplinarização ideológica de crianças e adolescentes, visando a aceitação da ordem neoliberal, principalmente através de exercícios pára-militares (como marchas, estabelecimento de hierarquias e de patentes, dentre outros). Neste sentido, cabe destacar que, no sistema de “desenvolvimento” econômico/político/social neoliberal, ganham espaço relações de trabalho informais (como o trabalho infantil que burla a legislação trabalhista) e precarizadas (sem horários fixos ou tarefas definidas). Desta forma, a discussão sobre a categoria trabalho está imbricada com as práticas empíricas de exploração da mão-de-obra infantil. Torna-se relevante, ainda, analisar as formas de organização e articulação dos diferentes agentes que expressam os interesses da burguesia local, através de seus órgãos de representação de classe, políticos e sociais, os quais se fazem presentes na constituição e sustentação da “Guarda Mirim”, na disseminação ideológica que a justifica e no apoio às suas atividades.

Bibliografia citada:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 3. ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONTES, Virgínia. *Reflexões Im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro. Bom Tempo, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. VI. 2. Caderno 24 (1934). Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. (org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, Xamã, 2005.